



Escola protegida contra a LGBIfobia

Levante a bandeira da diversidade! Pluralidade e respeito são a base da escola pública

17 DE MAIO: UM MARCO DA LUTA POR IGUALDADE

A data celebra avanços históricos. Em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças, rompendo séculos de discriminação e perseguição. O Paraná tem outro motivo para se orgulhar da data, instituída como o Dia Estadual de Combate à Homofobia pela Lei nº 16.454, de 2010.

Neste dia histórico de luta contra a violência e a discriminação, a APP reafirma o compromisso dos(as) trabalhadores(as) da educação com a defesa da diversidade, da vida e do direito de amar. Combater a LGBIfobia desde a escola é tarefa de todos(as) nós!

VOCÊ SABIA?

No Paraná, a Orientação Pedagógica N° 001/2010 estabelece diretrizes a serem observadas pelo conjunto da comunidade escolar a fim de garantir tratamento respeitoso, ético e conforme a identidade de gênero de estudantes transexuais e travesti.

*A orientação estabelece que os(as) estudantes têm o direito de ter o **nome social respeitado** no ato da matrícula e documentos escolares, como no registro de classe. O documento também orienta a utilização do banheiro conforme a identidade de gênero que apresentam.*

O COMBATE À LGBIFOBIA COMEÇA NA ESCOLA

A vida escolar passa, mas as marcas ficam. Proporcionar um ambiente acolhedor e livre de preconceitos é um componente fundamental do trabalho pedagógico. Não basta ser contra a discriminação, é preciso combatê-la ativamente, aprendendo e ensinando a valorizar as diferenças. A fim de desconstruir e superar práticas discriminatórias, as equipes pedagógicas devem promover ações ou espaços de afirmação destes estudantes como sujeitos de direito.

Caso você presencie atos preconceituosos, é sua obrigação registrar uma denúncia junto à Ouvidoria dos Núcleos Regionais de Educação ou na SEED. A APP-Sindicato, que possui uma Secretaria de direitos da população LGBTI+, também recebe denúncias e auxilia as escolas a realizarem todos os encaminhamentos necessários.

Conte com a APP-Sindicato para promover uma escola protegida contra a LGBIfobia e promover um futuro digno aos(às) nossos(as) estudantes!

#EscolasSemLGBIfobia

VOCÊ SABIA?

A falta de preparo para lidar com a diversidade de gênero e sexual pode fazer com que a escola se torne um ambiente hostil para estudantes, fomentando a evasão escolar. Trata-se, na verdade, de “expulsão”, pois ninguém consegue permanecer em um espaço que permite violências diárias.

82%
de pessoas trans e travesti foram de alguma forma impedidas de estudar devido ao preconceito e violência.
(Fonte: Comissão de Diversidade Sexual da OAB)

60,2%
dos estudantes se sentem inseguros no espaço escolar por causa de sua orientação sexual.
(Fonte: Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil / 2016).

Conhecer a pluralidade é reafirmar nossas existências

Sopa de letras

Lésbica, Gay, Bissexual (LGB) faz referência à orientação sexual: por quem eu sinto atração? Homem? Mulher? Ou dos dois gêneros?

Travesti, Mulher Transexual e Homem Trans (T) está associado à identidade de gênero: Como eu me sinto e me identifico na sociedade binária? Homem ou Mulher?

Queer (Q) é uma forma de designar pessoas que não se encaixam à heterocisnormatividade, que é a imposição compulsória da heterossexualidade e da cisgeneridade.

Intersexual (I) está relacionado com a característica biológica, pessoas que possuem características biológicas de ambos os sexos ou gêneros (masculino e feminino). Assexual (A) relaciona-se a pessoas que não possuem interesse sexual.

Pansexual (P) refere-se às pessoas que desenvolvem atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas independentemente de sua identidade de gênero.

Não-binário (N) refere-se às pessoas que não se percebem como pertencentes a um gênero exclusivamente - não são limitadas ao masculino e feminino.

+ O “mais” abrange as demais pessoas da bandeira e a pluralidade de orientações sexuais e variações de gênero.

LGBIfobia é crime imprescritível e inafiançável

A criminalização ocorreu em 2019, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que agressões contra a população LGBTI+ devem ser enquadradas na Lei nº 7.716/89. Quem praticar, induzir ou incitar atos LGBIfóbicos pode ser condenado(a) de 1 a 5 anos de prisão, além de multa.

Canais para denúncias:

- 100** LGBTQIA+fobia
- 153** Guarda Municipal
- 190** Polícia Militar
- 156** Central de Atendimento da Prefeitura de Curitiba
- 180** Mulheres LBT

Confira a seleção de materiais que a APP separou para trabalhar a temática didaticamente em sala de aula:



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado para acessar o conteúdo.

Ou, se preferir, acesse:
www.appsindicato.org.br/materiais_17maio

